

HABEAS CORPUS Nº 548.814 - SP (2019/0358056-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MARA FRANCO REATTO FERRELI
ADVOGADO : MARA FRANCO REATTO FERRELI - RJ109952
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NEUZA PEREIRA PORTUGAL SENA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de NEUZA PEREIRA PORTUGAL SENA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0083771-76.2007.8.26.0050).

Extrai-se dos autos que a paciente foi condenada pela prática do delito tipificado no art. 171, *caput*, c/c o art. 61, h, do Código Penal (estelionato), à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão, e pagamento de 35 dias-multa, em regime fechado.

Inconformada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso em acórdão cuja ementa está abaixo colacionada, *in verbis*:

APELAÇÃO CRIMINAL. Estelionato. Rés que obtiveram vantagem indevida em prejuízo de pessoa idosa. Sentença condenatória. Defesa requer a absolvição pela fragilidade probatória. Subsidiariamente requerem a atenuação da reprimenda e do regime prisional. Incabível a absolvição. Ao contrário do alegado pela defesa a condenação não foi embasada exclusivamente no inquérito policial. Autoria e materialidade demonstradas pelo conjunto probatório colhido, em especial na prova documental e nos depoimentos dos policiais que participaram da investigação. Dolo evidenciado. Rés que integravam quadrilha especializada em aplicar golpes e exerciam funções específicas e essenciais para o seu funcionamento. Impossível reconhecer a participação de menor importância. Dosimetria não merece reparo. Exasperação da pena base bem fundamentada. Regime prisional fechado mostra-se adequado à reprovação e prevenção do grave delito, que atinge poupança de pessoa idosa. Negado provimento aos recursos (fl. 29).

No presente *writ*, sustenta, em suma, que as provas produzidas na instrução

criminal são insuficientes para fundamentar a sua condenação. Nega participação no crime e alega que sequer foi comprovada a materialidade delitiva.

Invoca o princípio do *in dubio pro reo* e assevera que o acórdão de apelação mantém condenação contrária à prova dos autos. Por fim, afirma ter ocorrido a prescrição da pretensão punitiva, uma vez que os fatos ocorreram há dez anos.

Em que pese a condenação ter substituído a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, argumenta que já foi expedido o mandado de prisão para o regime fechado.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de contramandado de prisão.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no HC 427.629/SP, já analisado por esta Corte Superior, constando o trânsito em julgado, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação Criminal n. 0083771-76.2007.8.26.0050.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal e ao impetrante-paciente.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator